Cliente: ABAC
Veículo: DIÁRIO CATARINENSE
Data: 22/11/09 01/12/09
Cidade: FLORIANÓPOLIS SC
Coluna: DC CLASSIFICADOS **Pág:** 32
Marca: ABAC 1

FGTS quitará consórcios de imóveis

Medida do governo vai permitir ao sorteado pagar os débitos com o recurso

Brasília

O governo federal autorizou o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para que a pessoa sorteada em consórcios de imóveis possa quitar parcial ou totalmente a sua dívida. Trata-se de um recuo do governo, uma vez que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia vetado a medida há cerca de um ano.

O argumento, na época, era de que haveria perdas para o uso do fundo na fórmula tradicional de financiamento habitacional e para o financiamento de projetos de infraestrutura urbana e saneamento básico, que constituem a finalidade primária do FGTS.

A liberação do fundo para abater as dívidas dos consorciados terá suas regras definidas em regulamentação do Conselho Curador do FGTS, mas seguirá as normas estabelecidas para financiamentos tradicionais – entre outras, que o trabalhador esteja há pelo menos três anos sob o regime do FGTS e que não possua outro imóvel no município onde mora.

Atualmente, os trabalhadores podem usar o fundo nos consórcios imobiliários apenas no momento de dar o lance para adquirir a carta de crédito ou também complementá-la. Existem no país 531 mil pessoas inscritas em consórcios imobiliários, de acordo com a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac).

O número é mais do que o dobro dos contratos habitacionais firmados com os recursos do FGTS em 2008 – 243,8 mil. O fundo fechou o ano passado com patrimônio líquido de R$ 27,9 bilhões, de acordo com dados da Caixa Econômica Federal. Ainda não foi detalhado pelo Ministério do Trabalho impacto financeiro da medida.

A alteração nas regras do FGTS foi incluída pelo Congresso na Medida Provisória 462, já convertida em lei. Segundo orientação da presidência da Câmara, a MP foi a última sujeita a contrabandos, no jargão legislativo, a inclusão num projeto de temas totalmente diferentes da proposta principal.

Não por acaso, o texto foi alvo dos mais variados lobbies no Congresso.

Editada pelo Executivo com 10 artigos, a medida ganhou outros 39 na Câmara e no Senado Federal. O objetivo original da MP era socorrer os municípios afetados com a diminuição dos repasses federais, devido à queda da receita provocada pela crise econômica.

Foi aprovada também a reabertura até 30 de novembro do prazo para que as prefeituras façam a adesão ao programa de parcelamento de débitos previdenciários. Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, 2,5 mil cidades poderão ser beneficiadas.



GLAICON COVRE, 28 MAI 08

Estão inscritas em consórcios imobiliários no país

531 mil

pessoas, segundo a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac)

As regras para o uso dos recursos ainda serão regulamentadas pelo Conselho Curador do FGTS, que pretende facilitar a vida dos consorciados